

A CIDADE DE SÃO PAULO E A DISCUSSÃO DO URBANISMO CONTEMPORÂNEO

Prof. Dr. Antonio Claudio Pinto da Fonseca¹

Resumo

O artigo trata dos principais conceitos do urbanismo contemporâneo e suas relações com as propostas do modernismo que caracterizaram o século XX. A cidade de São Paulo é o objeto desta discussão de modo a nos auxiliar a superar os desafios que a cidade enfrentará no século XXI.

Palavras-chave: Arquitetura. Urbanismo. Contemporaneidade. Lugar. Resiliência.

¹ Arquiteto formado pela FAUUSP em 1976, com doutorado pela FAUUSP em 2004. Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie desde 2000, lecionou também na FAUSANTOS e na FAUBASP. Membro do Núcleo de Apoio a Pesquisa Projeto e Leitura do Ambiente Construído da FAUUSP até 2016, foi membro de seu núcleo científico. Publicou entre outros, o livro *A Promoção Imobiliária e a construção da cidade*, sua tese de doutorado, publicação realizada pela FAUUSP. Exerce a atividade de arquiteto com escritório próprio e em outros escritórios em São Paulo desde 1977, tendo trabalhado no Rio de Janeiro no escritório do arquiteto Sérgio Bernardes.

Em texto publicado recentemente no *Archdaily*, o arquiteto dinamarquês Jan Gehl repete a crítica sobre os famosos erros do urbanismo moderno. A mais recorrente dessas críticas está no propalado abandono do ser humano promovido pelo desenho modernista. Nesta linha de pensamento, Brasília é a maior vilã. Essa crítica atribuída ao modernismo está ligada à perda da escala humana da cidade, entendida a partir da ideia do abandono da rua como lugar de usufruto do pedestre. Nesta análise, a rua foi oferecida de modo intenso a utilização do automóvel. A consequência é que em face ao aumento da velocidade do fluxo nas ruas promovido pelo automóvel, as unidades de vizinhança se rompem de modo profundo, as fachadas ativas perdem sua eficiência, promovendo em curto prazo a deterioração desses espaços, e em médio prazo, a desertificação do próprio bairro.



Eixo monumental Super. quadras

Foto 1 - Brasília – 2017 – Fotos de Clara Fonseca

Vale lembrar que não somente via automóvel este processo se estabelece. Em recente concurso internacional, a municipalidade de Barcelona chamou profissionais para propor soluções para a contínua e paulatina perda de identidade da unidade de vizinhança estabelecida ao redor da rambla principal da cidade. A deterioração foi ocasionada pela quase sustação de mobilidade transversal à própria rambla devido ao grande fluxo de turistas no sentido longitudinal da via. Esse processo, resultado do descontrolado incremento da atividade turística na região é semelhante ao ocorrido no bairro alto na região central da cidade de Lisboa. A desertificação acelerada que ocorre nesta área originou-se no aumento das atividades ligadas ao lazer e entretenimento, sobretudo com o viés turístico estabelecido no plano do térreo das edificações. O aumento efetivo e descontrolado da atividade de bares, restaurantes, casas de show, locais de encontro para jovens etc., em face do caráter prevalentemente noturno dessas atividades quase que inviabilizou a moradia nos andares superiores dos prédios das ruas desses bairros. São processos de deterioração e desertificação que podem e devem ser corrigidos. Nos dois casos citados acima, a municipalidade está promovendo as intervenções necessárias para

evitar a desertificação das áreas pela diminuição drástica do contingente populacional tradicionalmente ocupante destes bairros. Evitar a gentrificação é a outra incógnita desta equação. No caso lisboeta, é prioridade dos agentes públicos empenhados em tratar desse processo.



Foto 2 - Bairro alto – Lisboa 2015 Foto do autor

A perda de contato entre o usuário e o espaço proposto causado pela visão generalista de cidade que o modernismo propunha, é sempre seguida da lembrança da falta de preocupação dos arquitetos modernistas com a participação do usuário, do morador, enfim, do ser humano para quem o espaço estava destinado no processo de consulta para montagem de programas e mesmo partidos de intervenção. Nessa direção a crítica da arquitetura contemporânea ao modernismo se expressa precisamente pela substituição da ideia de uso pelo conceito de acontecimento, nos termos que nos coloca o arquiteto Richard Scoffier.

O uso constitui-se pela recondução de um repertório de gestos, posturas, transmitidos de geração em geração, é a continuidade, a repetição. O acontecimento é algo que não se pode prever e não se reproduz, é a descontinuidade, a irredutibilidade. Com a substituição do uso pelo acontecimento, há um mundo de acumulação catastrófica se sucede permanentemente ao inabitual.(SCOFFIER, 2009).

Na avaliação dos arquitetos ligados ao urbanismo contemporâneo a reação a esse processo era urgente, visto que poderia ocorrer também em face às questões conjunturais como as explicitadas acima. Nessa linha de raciocínio havia uma questão estrutural ligada ao próprio fazer da arquitetura moderna, que dava pouca relevância às relações estabelecidas no plano do térreo dos espaços e nas relações dos homens entre si e com a natureza. A pesquisadora norte americana Jane Jacobs é um dos arautos dessa crítica, organizando-a a partir do enfrentamento com o projeto de uma nova *freeway* que cortaria

a cidade de Detroit, promovendo uma cicatriz urbana indesejável e insuperável, levando invariavelmente à morte da cidade. Com um viés diferente, mas com tom crítico equivalente, Cacciari coloca que “é, de fato, a morte de todas as codificações do movimento moderno, do seu pensar a cidade como agregação sucessiva de elementos, desde a habitação ao edifício, ao polo funcional, à cidade inteira como ‘contentor de contentores’. É a morte da tipologia abstrata” (CACCIARI, 2010).

Nesse contexto, a partir dos últimos 30 anos do século XX se inicia uma série de revisões conceituais que resultam em novas práticas que, com bastante êxito, começam a ser propostas e implantadas. No plano teórico a introdução do conceito de lugar que Aldo Rossi propõe, marca fortemente o período e é significativo desse processo de transformação. No plano das práticas, o projeto do Centro Pompidou em Paris de Piano e Rogers, e posteriormente o Parc de la Villette de Tschumi, são emblemáticos dessas revisões. Essa mudança de perspectiva de intervenção está ocorrendo também no enfrentamento das questões localizadas em bairros e espaços públicos abandonados e deteriorados, seja pela valorização da qualidade de resiliência de edifícios em situações urbanas em grau visível de deterioração, seja pelas ressignificações dos próprios espaços urbanos, em geral fora das zonas centrais das cidades, como por exemplo a implantação da Casa da Música de Koolhaas na cidade do Porto, implantada no local onde era o antigo pátio de recolha e reparações dos bondes elétricos da cidade.

As propostas teóricas desse urbanismo contemporâneo têm como fio condutor um desenho urbano que tentará aproximar o espaço do indivíduo, construindo o conceito de lugar, entendendo o território em suas várias facetas, e com valor cultural atribuído em diversas possibilidades. A proposta é clara no sentido de aproximar espaço e apropriação deste espaço através da identidade entre o usuário e lugar.

Deste modo, a prática do urbanismo deve estar concentrada na realidade concreta da vida cotidiana das pessoas nas cidades, com vista a produzir ambientes que facilitassem o convívio social entre pessoas, que é o objetivo maior da vida urbana contemporânea. É fundamental, segundo este princípio, o dimensionamento dos ambientes urbanos através da concepção de espaços em escala humana.

A estratégia de se garantir essa escala humana está na ideia central deste ponto de vista, defendido por Gehl e Jacobs, entre outros, que é reestabelecer o que se chamou de “O olho da rua”, no qual as escalas se encontram pela proximidade real e virtual entre o

morador do edifício e o transeunte dos passeios públicos. Essa proximidade se estabelece em face da possibilidade real de comunicação auditiva e visual entre os diversos atores da cena urbana. A escala humana está garantida pelos acontecimentos que se desenvolvem no plano do térreo, daí a ideia de fachada ativa etc. O gabarito dos edifícios e principalmente seus volumes devem manter uma relação de comunicação física com os acontecimentos que se desenrolam nas ruas. Daí que verticalizações são sempre vistas com desconfiança. Da mesma maneira as praças devem ser espaços que se relacionam diretamente com seus entornos, mantendo uma relação de lugar, onde o território da cidade terá sempre um valor cultural atribuído e reconhecido pelo indivíduo. A tese é que esse indivíduo se apropriará mais facilmente deste espaço quão mais claro este valor cultural estiver explicitado. Maior será esta apropriação quanto maior for a identificação entre esses espaços e as comunidades do entorno desses lugares.

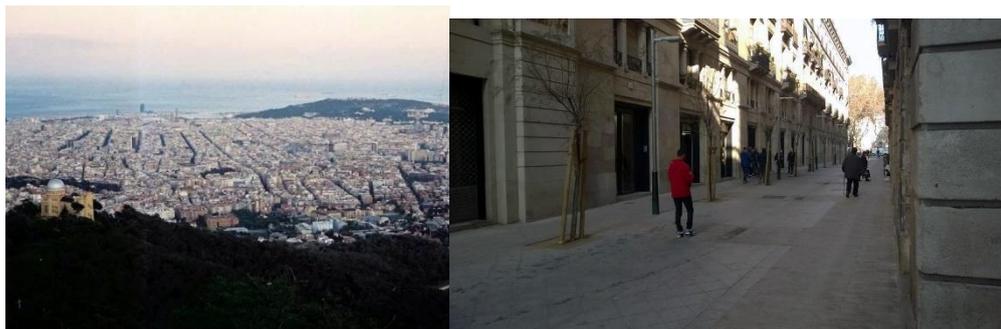


Foto 3 – Bairro Raval – Barcelona Geral -Fotos de Ana Roman

Exemplo claro deste processo é a praça em frente ao museu de arte contemporânea na cidade de Barcelona, com dificuldades relevantes de apropriação pela população da cidade em face justamente da falta de clareza no valor cultural atribuído aquele espaço. O Raval, bairro de imigrantes que estava descontextualizado do projeto da cidade de Barcelona como um todo, iniciava um processo de adequação cultural no sentido de superar e eliminar os eventuais conflitos existentes. A utilização da praça por essas comunidades como palco de manifestações artísticas estava lentamente reaproximando o bairro do Raval e seu entorno imediato, constituído por antigos moradores, mas também com parcelas relevantes de imigrantes de vários países. A construção em área lindeira do edifício do Museu de Arte Contemporânea de Barcelona, embora obra de arquitetura de

elevada qualidade, projeto de Richard Meyer e instalado em 1995 com a finalidade de acelerar esta reaproximação, não foi entendido como parte do processo. Pelo contrário, a leitura realizada pela população foi de intervenção externa e extemporânea ao processo então em curso. Ao não estabelecer uma identificação com os movimentos culturais que estavam sendo realizados, contribuiu muito pouco aos fins a que destinava, que era consolidar a aproximação das diversas populações moradores das cercanias ao espaço da praça.

O foco do projeto urbano deve estar, segundo esta linha de pensamento, nas práticas e vivências do ser humano. Esta é sem dúvida a crítica mais direta e eficaz que se faz ao urbanismo moderno que caracterizou o século XX. Por esse ponto de vista, o urbanismo moderno ao se concentrar na busca de eficiência e centralizar seu ordenamento no edifício perdeu o ser humano como referência. Esta questão que é central nas discussões do que fazer como sucedâneo da proposta modernista aponta algumas questões que merecem uma reflexão mais aprofundada.

Uma das questões relevantes é a de contexto. O modernismo que surge e se desenvolve num século intermediado por duas grandes guerras mundiais, tem desafios em grandes proporções. O primeiro e mais imediato é a própria reconstrução. Milhares de desabrigados, cidades inteiras destruídas. Outra questão relevante é o aumento vertiginoso das populações urbanas, que aportam um novo grau de demanda sobre serviços públicos e moradia, desconhecidos em termos de século XIX. A leitura de Dickens e Zola explicita com clareza essas transformações, cidades recebendo centenas de milhares de novos moradores sem as mínimas condições de higiene e saúde. Nesse momento da sociedade europeia iniciam-se grandes transformações no plano simbólico e ideológico da vida urbana.

A primeira metade do século XX é dominada pela crença de que a sociedade enfrentaria seus impasses e conflitos pela organização de estruturas coletivas. A sociedade amadureceria e se organizaria pelos coletivos, de modo que o indivíduo ocuparia e se apropriaria dos espaços públicos através dos coletivos organizados e maduros para tal apropriação. Sindicatos, ligas, grêmios, federações, clubes, diretórios de toda ordem construiriam um novo momento da sociedade, em que o indivíduo ocuparia um papel relevante na sociedade, e em decorrência também na cidade, não mais como um

cidadão individualizado e fragilizado, mas como parte de um coletivo organizado e estruturado.

Essa condição, que inicia o século XX com muita força, vai sendo derrotada ao longo de toda a primeira metade do século passado e se esfacela depois da Segunda Guerra Mundial. A tese da prevalência dos coletivos é claramente derrotada nos anos 1970 e 1980. A tese do modernismo era clara no sentido de que esta sociedade organizada por coletivos, saberia muito bem como gerir seus destinos. Em decorrência saberia gerir muito bem o espaço da cidade, se apropriaria muito facilmente dos espaços públicos, das praças e logradouros, em face da dinâmica de vivência coletiva. Nesse contexto, caberia aos arquitetos proporem espaços de boa qualidade, seja no nível dos espaços públicos, seja no nível dos edifícios. A sociedade saberia se apropriar destes espaços caracterizados pela boa qualidade dos espaços em si. Os arquitetos tinham como desafio oferecer à sociedade espaços de qualidade comprometidos com a eficiência, com a clareza construtiva pela busca de custos e velocidades e pela beleza apoiada no despojamento, dada as quantidades exigidas para o atendimento das novas demandas. Quando Loos afirma que todo ornamento é um delito, está pensando justamente em como obter uma estética na qual se consiga estruturar uma noção de eternidade desapegada das experiências fortemente classicistas do século XIX. A pretensão modernista de estabelecer seu próprio “Espírito do Tempo” construindo a ideia de eternidade em seu próprio tempo, segundo o dizer de Peter Eisenman, juntamente com a simulação da eficiência através do excessivo protagonismo atribuído ao funcionalismo e ao domínio da razão, explica, em parte, o longo e exaustivo processo de deterioração que a arquitetura e o urbanismo moderno foram protagonistas. (NESBITT, 2006)

É nesse contexto que Peter Eisenman estabelece a ideia das ficções, procurando ao entender a arquitetura contemporânea como continuidade dos preceitos da arquitetura moderna, retomar os conceitos de representação para incorporar a ideia de significado, a ficção da razão para codificar a ideia de verdade e a ficção da história para recuperar a ideia de eterno. Com a inclusão do conceito de lugar por Aldo Rossi, de meio lugar por Scoffier e de não lugar por Augé, estão estabelecidos em parte, os princípios que organizarão o pensamento do urbanismo contemporâneo. Evidente que outros recortes podem ser feitos, diversos arquitetos e críticos contribuíram neste debate. Entretanto,

explicito os autores acima de modo a tornar mais claro os caminhos que, a nosso ver, essa discussão tem adotado.

Resulta que a sociedade contemporânea adota de modo cabal e absoluto a prevalência do indivíduo sobre o coletivo. Essa prevalência é clara e contundente. O indivíduo nesse estágio da sociedade em que vivemos nunca esteve tão conectado com todos, via celular, via internet, comunicamo-nos todos, entre todos e a cada segundo. O acesso a informação é praticamente infinito. Entretanto, esse indivíduo nunca esteve tão solitário e tão abandonado, daí que esses espaços projetados no século XX à luz da utopia da vivência pelo coletivo e imaginados para serem vivenciados e apropriados pelos coletivos, se tornaram de difícil apropriação por um ser humano que busca a personalização, o agenciamento individual da vida. Esses espaços são de leitura complexa para essas populações que, como consequência, irão abandoná-los como espaço a ser apropriado.



Foto 4 - Ibirapuera – 2017

São exceções os espaços projetados na condição desta utopia e que puderam por razões diversas, encontrar outra maneira de absorver a referência social que se cogita como necessária. Em geral, obras-primas do projeto urbano moderno. Destacamos o Parque do Ibirapuera na cidade de São Paulo, que a cada ano se renova nele mesmo, lotado e utilizado por todas as populações da cidade. O Aterro do Flamengo na cidade do Rio de Janeiro, que vai ao encontro a formular uma política de apropriação de espaço público numa cidade praiana, com assentamentos culturais de matizes tão diversas. Em frente à praia, o aterro do Flamengo se confunde com a própria praia, em termos de constituição espacial.



Foto 5 - Aterro do Flamengo – 2017 – Foto de Ana Roman

A superação deste aparente conflito entre as naturezas essenciais desses espaços está a avançar em direção a um urbanismo de matiz contemporânea que esteja em sintonia com esta sociedade cuja mobilidade tem tensões ainda não de todo compreendidas. Nessa direção, o arquiteto Tadao Ando é assertivo quando afirma que “a criação de uma arquitetura e de um urbanismo capaz de infundir novo rigor no espírito humano deve abrir caminho no impasse atual da arquitetura e do urbanismo”. (NESBITT, 2006)

Para Peter Eisenman, o movimento moderno tenta libertar a arquitetura de representar uma outra arquitetura, na medida que deveria manifestar a racionalidade de seus processos de produção e composição, forçando a ideia de que a forma materializa mais claramente a função e estabelecendo a ideia do espírito do tempo. Nesses termos o funcionalismo pretende uma eternidade consubstanciada numa simulação de eficiência. Pois como tem a pretensão de estar sempre conectado ao “espírito de um tempo presente” será sempre contemporâneo e daí a suposição de eternidade.

A superação da ideia da busca da eficiência como paradigma que de tão forte em certo momento se apresenta quase que como único é o que trará para os arquitetos do século XXI a possibilidade de compreender e repropor novas possibilidades da arquitetura a partir de vivências culturais próprias e constitutivas de um novo espírito para o lugar e para o tempo.

Nesse contexto se destaca o arquiteto Tadao Ando que propõe a importância da fenomenologia e do sítio no processo projetual através de uma ação crítica elaborada em função do distanciamento da função que ele impõe deliberadamente em seus projetos.

Essa reflexão se estabelece pelo confronto entre a natureza e a realidade concreta dos materiais, o tempo e o lugar são determinantes para a concepção do espaço do homem,

e a natureza que em certa medida foi algo que se pretendia ser enfrentada por vários arquitetos do modernismo, para o arquiteto Tadao Ando é algo inerente ao projeto, “faz parte do lugar, e como tal terá papel relevante na concepção do espaço arquitetônico desejado.” (NESBITT,2006) A Igreja da Luz marca com clareza esse pensamento, no qual todos os momentos que a natureza propõe, estão incluídos e fazem parte da paisagem do projeto. A ordem do ambiente natural e do ambiente construído perde a noção de conflito para se encontrarem e se somarem numa nova possibilidade de fruição.

Em um contexto diferente, mas com intenções semelhantes, Rem Koolhaas propõe uma alternativa paramoderna a este aparente paradoxo. Koolhaas não faz um ataque ao modernismo, mas aprofunda a leitura da cidade e do edifício quase que complementando aquilo que o autor identifica como limitações do movimento moderno. Desse modo, estabelece em “Delirious New York” (KOOLHAAS, 2008) uma tese que explicita a necessária reflexão crítica das propostas do moderno e a coloca dentro do estágio atual da sociedade. Ao contraditar o modernismo a algo que denominou “manhattanismo”, Koolhaas explica a formação da cidade do século XX não em função das utopias do período, mas através do pragmatismo que caracteriza a cidade de New York. Nesse percurso o arquiteto tem se apresentado como uma tentativa de um caminho seguro e compreensível para os desafios que estamos por enfrentar nas cidades contemporâneas. Superar a mistificação das quantidades e do pragmatismo irresponsável parece ser a pedra de toque dessa discussão. Discussão do caráter paramoderno das propostas urbanísticas atuais, que tem Koolhaas como interlocutor mais processual e em Jan Ghel o seu viés mais radical, que com a frase referente à necessidade de deter a construção de "uma arquitetura barata para a gasolina" estabelece o foco de superação das cidades, e é interessantíssima pelo seu caráter esclarecedor do que se passa na cidade de São Paulo no momento presente.

O debate sobre as questões do urbanismo contemporâneo encontra, por um lado, uma enorme similaridade de problemas e temas a serem enfrentados nas cidades, em face a questões propostas pela globalização e principalmente pela difusão e velocidade da informação. No entanto, as diferenças entre as cidades também são muito relevantes. As características urbanas entranhadas nos valores culturais das especificidades regionais e locais ainda são muito preponderantes. Daí, que inserir cidades e problemas urbanos específicos dentro deste universo conceitual requer moderação e prudência. No caso da

cidade de São Paulo, as especificidades são muitas. Procuramos identificar algumas que marcam fortemente o caráter de nossa cidade e com certeza nos obriga a um entendimento altamente específico de nossos problemas.

Nesse sentido é importante realizar um breve passeio pela história de alguns processos que foram relevantes para a cidade de São Paulo. Não se trata de rememorar os episódios que remontam aos séculos de configuração desta cidade. Aqueles acontecimentos são relevantes ainda hoje, mas não os buscaremos como instrumento de análise. Ficaremos em tempo muito mais recente. Parece-nos suficiente.

Vale ressaltar que algumas peculiaridades estruturadoras da cidade de São Paulo são essenciais para marcar diferenças quanto à leitura e a crítica que os arquitetos citados acima têm realizado. A primeira delas é na questão da existência de uma cidade cheia de vazios urbanos e com densidade média muito baixa. Essa questão que é resultado das características próprias contidas na nascença de nossa cidade em face ao processo de ocupação dos vazios urbanos existentes ao longo dos antigos caminhos que ligavam os primeiros núcleos de urbanização da cidade. Essa questão coloca a cidade como um assentamento urbano muito diferente da maioria das cidades grandes contemporâneas, que via de regra, se estabeleceram a partir da expansão urbana produzida para receber a pressão demográfica sobre os antigos núcleos originais. Nas cidades europeias por exemplo, a sequência de muralhas protetoras exemplifica claramente este processo. No caso da cidade de São Paulo, as áreas em locais mais periféricos à mancha mais densamente ocupada não tem a mesma configuração que se observa nas cidades de perfil radio concêntrico, onde as densidades estabelecidas tendem a ser muito maiores.

Outra questão essencial é uma das consequências relevantes do processo de urbanização que o Brasil realizou na década de 1940. Transformou-se zona rural em zona urbana por atacado. “Jardins” surgiram às centenas do dia para a noite. Praticamente sem nenhum serviço público implantado, além da linha de transporte por ônibus, essas enormes áreas se transformam em arruamentos denominados de “clandestinos”, no qual se constrói sem licença também, em face à impossibilidade de obtenção de licença edilícia em loteamento sem os devidos alvarás. A partir da década de 1960, a Prefeitura, em vista do agravamento dessa situação, generalizou uma prática já utilizada antes de modo pontual, que era o de conceder a regularização ao arruamento pelo critério de oficialização das ruas. Desse modo a rua E do jardim Tal recebia a denominação oficial de logradouro

público através de decreto de denominação, recebendo o nome de uma figura pública. Era comum também que se denominasse as novas ruas oficiais com os nomes de parentes falecidos de políticos e de funcionários da administração municipal. O processo de regularização dos antigos arruamentos pelo artifício da regularização das ruas deixou marcas relevantes até hoje, ou seja, uma visão de que quem comanda a configuração pública da cidade é a rua, ela tem mais importância do que a quadra ou o conjunto de quadras. Ou seja, a ideia de bairro vai ficando cada vez mais fragilizada, e passa a ser entendida como um conjunto de ruas, resultando que a cidade que deveria ser desenhada e regularizada pelo urbanismo, acabou sendo desenhada e regularizada pelo “ruismo”. Esse é o momento crucial da fragilização do urbanismo na cidade de São Paulo a partir do abandono de uma visão mais íntegra do que deve ser focado como principal no ordenamento de uma cidade tornando-a cada vez mais incapaz de receber os imensos desafios que se aportaria a esta cidade nas décadas seguintes. A Lei do Zoneamento de 1972 tenta estabelecer novamente a quadra como protagonista do processo urbano da cidade, mas o faz a partir da concepção da quadra como conjunto de lotes, isto é, o lote isolado assume o papel de protagonista e não a quadra como era a ideia primeira dos formuladores do plano. A proposta de se estabelecer a relação da quadra com a cidade que era o princípio da lei, se converte na relação lote e rua, consolidando ainda mais o espírito anterior.

Aguçada pelo período fortemente rodoviarista que marcou a questão urbana nas cidades brasileiras das décadas de 1950 até os anos 2000, esta nossa cidade teve suas ruas destinadas à ocupação pelo transporte individual. A opção política pelo transporte individual é clara. Nosso sistema de transporte metropolitano por trilhos evoluiu lentamente. Agravado pelas dificuldades de um subsolo ora constituído pela dureza do complexo cristalino brasileiro, ora pelo solo mole da planície de aluvião, e por topografia desfavorável. Os investimentos públicos e privados foram canalizados majoritariamente na consecução daquilo que denominou vetor sudoeste de consolidação urbana. Algumas administrações municipais encetaram relevantes esforços no sentido de viabilizar aquilo que em várias administrações diferentes e com denominações diferentes, mas que significou uma tentativa de “inverter prioridades”, ou de pelo menos equilibrar a prevalência da prioridade do automóvel e da expansão a Sudoeste.

Este é brevíssimo quadro estabelecido para a cidade de São Paulo que realiza sua transição de uma cidade prevalentemente industrial para uma cidade com características de cidade organizada para os serviços. Essa transformação preconizada e discutida pelos teóricos que apresentamos acima foi do ponto de vista de estruturação totalmente abandonada, deixando predominar as ideias de que o rodoviarismo, ou seja, a mobilidade calcada no transporte individual, a retomada à força de uma condição raciocêntrica da cidade e a regulação realizada quase que unicamente pelas leis do mercado seriam suficientes para a realização dessa passagem.

A retomada de uma visão contemporânea dos destinos de médio e longo prazo da cidade, radicalizando as iniciativas que claramente têm nos levado a melhorias, como a política de reordenamento do centro histórico da cidade através de adensamento residencial, do deslocamento das funções administrativas oficiais para a área central, o estímulo a novos polos de atração cultural para esta área e o fomento a atividades que empreendam a permanência e o uso dos espaços do centro tradicional nos horários noturnos é bom começo. Como dissemos, elevar a velocidade desse processo é absolutamente imprescindível.

Não podemos permitir que a cidade de São Paulo caminhe para algo parecido ao modelo de uma cidade com o perfil da Los Angeles apresentada no filme *Caçador de Androides*, ou pior, na cidade desaparecida explicitada nos filmes norte-americanos denominados de *Mad Max*. Em última instância, precisamos envolver a cidade nas discussões que o mundo contemporâneo está colocando para suas cidades. Superar uma visão de caráter arcaico e regionalista que ainda nos persegue. Aproximar a cidade da crença que poderemos superar nossas dificuldades e recolocar a cidade em níveis aceitáveis de qualidade de vida para todos os seus cidadãos. A modernidade e o contemporâneo nos esperam.

Abstract

The article deals with the main concepts of contemporary urbanism and its relation with the proposals of modernism that characterized the twentieth century. The city of São Paulo is the object of this discussion in order to help us overcome the challenges that the city will face in the 21st century.

Keywords: *Architecture. Urbanism. Contemporaneity. Place. Resilience.*

Referências

AUGÉ, Marc, *Não Lugares*. São Paulo: Papyrus, 2012

CACCIARI, M. *A Cidade*. Barcelona: Gustavo Gili, 2010

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*, São Paulo: Editora Perspectiva, 2010

KOOLHAAS, Rem. *Delirious New York*, São Paulo: Cosac Naify, 2008

NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2006

ROSSI, A. *A Arquitetura da cidade*, São Paulo: Martins Fontes, 2008

SCOFFIER, Richard. *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Arquitetura*, Norma, 2011

SOLÁ-MORALES, I. *Territórios*. Barcelona: G. Gili, 2002